



Defensora-geral reúne-se com secretário de Casa Civil e de Relações Institucionais



..... PÁGINA 3

Defensoria Pública presente na cerimônia de posse do ouvidor do Tribunal de Justiça de MG



..... PÁGINA 3

27ª Reunião do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais das Defensorias Públicas acontece na sede da DPMG



..... PÁGINA 17

Tráfico de pessoas é debatido em roda de conversa realizada pela Defensoria Pública em Belo Horizonte



..... PÁGINA 31

Defensoria Pública e Prefeitura de Itajubá assinam convênio de mútua cooperação na área de Saúde

..... PÁGINA 8

DPMG participa de eventos alusivos aos 11 anos da Lei Maria Penha na Capital e em Montes Claros

..... PÁGINAS 22, 23 e 28

DPG reúne-se com defensores públicos da Regional Sul de Minas

..... PÁGINA 5

MENSAGEM DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL



Caros amigos e colegas defensores públicos e servidores,

A última quinzena foi marcada por intenso trabalho e relevantes atividades. Nossa Instituição sediou reunião do Conselho Nacional dos Corregedores Gerais das Defensorias Públicas e, entre outras participações voltadas para a Campanha Coração Azul, promoveu a Roda de Conversa “Tráfico sexual feminino: Violência e Violação dos Direitos das Mulheres, Travestis e Mulheres Trans”. Ambos os encontros trataram de temáticas expressivas e contaram com importantes presenças.

Incrementando ainda mais a atuação extrajudicial da DPMG, em Passos, a Instituição iniciou tratativas para atuação extrajudicial da Defensoria Itinerante em ações sociais a serem realizadas na Regional Sudoeste. Em Itajubá, assinamos TCT com o Poder Executivo, com o objetivo de contribuir para a eficiência na garantia do direito de prestação dos serviços de saúde, e, em parceria com o Ministério Público, a Defensoria Pública na comarca realizou sessões de constelações familiares com nossos assistidos. Também em Itajubá, reuni-me com os defensores públicos em atuação na Regional Sul de Minas. Importante momento de integração e oportunidade de comunicação direta da Defensoria-Geral com membros da Casa.

Na seara das atuações, destaco a reunião realizada pela Defensoria Especializada da Infância e

Juventude Cível com a Missão Interinstitucional do CNJ e outros órgãos de abrangência nacional, para analisar a questão do acolhimento compulsório de bebês em Belo Horizonte; a liminar obtida em ACP que questiona a legalidade de decreto que retira benefícios de famílias removidas decorrentes de área de risco; e a obtenção de alvará de soltura em pedido de habeas corpus, em razão da não realização de audiência de custódia em Varginha.

Ressalto, ainda, a vistoria realizada pela Defensoria Especializada em Saúde no Hospital da Santa Casa, na Capital; e as participações: em audiências admonitórias de mulheres em privação de liberdade no Complexo Penitenciário Feminino Estêvão Pinto (PIEP) realizadas por meio de videoconferência; nas ações que marcaram os 11 anos da Lei Maria da Penha, em Belo Horizonte e em Montes Claros; na VII Conferência Municipal de Assistência Social, no município de Claro das Poções; e em audiências públicas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais sobre criminalidade em Betim e sobre violência doméstica.

No âmbito das relações interinstitucionais, destaco a reunião que realizei com o secretário de Estado de Casa Civil, a visita recebida da secretária adjunta da mesma pasta e a cerimônia de posse do novo ouvidor do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que também contou com a minha presença. Registro, também, as participações no Fórum Regional de Governo em Almenara; na entrega de televisores na PIEP; na posse de novos juízes de Direito; na inauguração dos Cejuscs, em Santos Dumont e em Leopoldina; no encontro de apresentação de metodologia de precedentes; e nas cerimônias que o Governo do Estado fez a entrega de veículos destinados à saúde e de academias ao ar livre e kits de material esportivo.

Confira, ainda, as demais visitas ao Gabinete, a presença da DPMG na mídia e a programação deste mês do “Sala de Espera – Oficinas de Cidadania”.

Um abraço a todos e boa leitura!

Christiane Neves Procópio Malard
Defensora pública-geral



Defensora-geral reúne-se com secretário de Casa Civil e de Relações Institucionais

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, participou, dia 04.08.2017, de reunião com o secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, Marco Antônio de Rezende Teixeira. O encontro foi realizado na sede do BDMG, para tratar de assuntos

de interesse da Defensoria Pública.

Participaram também, o subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima e os assessores institucionais da Defensoria-Geral, Gério Patrocínio Soares e Nikolas Stephany de Macedo Katopodis.



Equipe da Defensoria-Geral e o secretário de Casa Civil e de Relações Institucionais, Marco Antônio de Rezende Teixeira

Defensoria Pública presente na cerimônia de posse do ouvidor do TJMG

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, prestigiou a posse do novo ouvidor do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Luís Carlos Gambogi. A solenidade aconteceu dia 28.07.2017, no gabinete da presidência do órgão.



Defensora-geral, Christiane Malard e demais autoridades acompanham a posse do desembargador Luís Carlos Gambogi, para o cargo de Ouvidor do TJMG

continua >>





Continuação

Defensora pública-geral participa da cerimônia de posse do ouvidor do TJMG



Christiane Malard e o presidente em exercício, à época, do TJMG, Geraldo Augusto

Ao dar posse ao novo ouvidor, o presidente em exercício do TJMG, desembargador Geraldo Augusto, ressaltou a escolha unânime dos desembargadores Luís Carlos Gambogi e Manoel dos Reis Moraes para os cargos de ouvidor e ouvidor adjunto, respectivamente, durante a sessão do Órgão Especial do TJMG, realizada no dia 26 de agosto.

Nos dois últimos anos, o desembargador Luís Carlos Gambogi, atuou com o ouvidor substituto durante os mandatos do desembargador Moacyr Lobato de Campos Filho frente à Ouvidoria do TJMG.

Luís Carlos Gambogi disse que pretende dar continuidade às ações e projetos da gestão anterior. “A gente deve aprender com o acerto alheio, ao invés de invejá-lo”, observou o magistrado, que pretende levar todo o seu entusiasmo para o trabalho à frente da Ouvidoria.

A Ouvidoria do TJMG é o espaço de interlocução entre a sociedade e o Tribunal. Além de ter um importante papel na promoção da transparência institucional, o ór-



Defensora-geral, Christiane Malard, acompanhada do ouvidor eleito, Luís Carlos Gambogi e do desembargador Moacyr Lobato, que deixa o cargo de ouvidor

gão tem a competência de instruir a população, esclarecer dúvidas e receber críticas sobre o funcionamento do Poder Judiciário e sobre as ações que ele desenvolve.

Presenças

A solenidade foi prestigiada, ainda, por diversas autoridades e familiares do novo ouvidor. Entre elas, os desembargadores Carlos Henrique Perpétuo Braga, superintendente administrativo adjunto do TJMG; Edgard Penna Amorim, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG); Maurício Torres Soares, presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis); Moacyr Lobato, que exerceu o cargo de ouvidor por dois mandatos; Alberto Diniz Júnior; Alexandre Quintino Santiago; Ana Paula Nannetti Cai-xeta; Estevão Lucchesi; Fortuna Grion; e Yeda Athias; o juiz auxiliar da presidência, Carlos Donizetti Ferreira da Silva; e o ouvidor do Ministério Público de Minas Gerais, procurador de Justiça Alceu José Torres Marques.

Com informações do TJMG



Tesoureiro-adjunto da OAB-MG, Adriano Cardoso; ex-ouvidor do TJMG, Moacyr Lobato; ouvidor-geral da OAB-MG, André Luís Lopez; defensora-geral, Cristiane Malard; conselheiro seccional da OAB-MG, Flávio Gambogi e esposa





Defensora-geral reúne-se com defensores públicos da Regional Sul de Minas

Em visita à comarca de Itajubá, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, realizou reunião com os defensores públicos em atuação na Regional Sul de Minas, no dia 02 de agosto. A defensora-geral estava acompanhada dos assessores Institucional, Gério Patrocínio Soares, e de Planejamento e Infraestrutura, Rafael de Freitas Cunha Lins.



Reunião da defensora-geral, Christiane Malard, com os defensores da Regional Sul de Minas

Participaram do encontro, o coordenador da Regional Sul de Minas e local em Pouso Alegre, Cristiano Maia Luz; a coordenadora local em Itajubá, Jacqueline Carneiro Roque Peyrer; os coordenadores locais de Varginha, Márcio Salgado Almeida, e de São Lourenço, João Henrique Rennó Matos – comarcas pertencentes à Regional Circuito das Águas –; os coordenadores locais de Borda da Mata, Francisco de Rezende Saber; Ouro Fino, Evandro Luiz dos Santos; Camanducaia, Heverton Flávio Ronconi da Rocha; Cambuí, Luciano Morgado Guarnieri; Itamonte, Marcelo Dias Baumgratz; e Passa Quatro, Antônio Carlos Brugni Velloso; os defensores públicos em atuação em Itajubá, Rodrigo Simões Rocha, Kácylla Maria de Castro, Frederico de Paiva Zucareli, Gabriel Vieira Berla e Paulo Henrique Mariosa; e os defensores públicos em atuação na comarca de Pouso Alegre, Walter Valle Martins Júnior, Keila Ferreira de Melo Silva, Gíselda Libanio Maia, Gustavo Carvalho Costa e Alexandre Perin da Paz.

Assim como vem realizando pelas comarcas em que visita, a defensora-geral fez um panorama histórico sobre o quadro orçamentário-financeiro do Estado e os



Defensora-geral, Christiane Malard; coordenador da regional Sul de Minas, Cristiano Maia Luz e a coordenadora de Itajubá, Jacqueline Carneiro Roque Peyrer

reflexos nos poderes e instituições autônomas, destacando as negociações feitas com o governo estadual em torno do orçamento da Defensoria Pública e apontando como marco da gestão 2014-2016, a conquista do orçamento integral e a inserção dos conceitos de crescimento vegetativo e margem de segurança, até então, inéditos na DPMG.

continua >>





Continuação

Defensora-geral reúne-se com defensores públicos da Regional Sul de Minas

Foi falado, ainda, sobre a implementação da Escola Superior da Defensoria Pública, bem como sobre os avanços trazidos pela aprovação da Lei Complementar 141/16, ressaltando as conquistas que a iniciativa trouxe para os defensores públicos. Outro tema em pauta, foi a aprovação na Comissão de Constituição e Justiça da ALMG, do projeto de Lei 4.048/17, de autoria da defensora pública-geral, que institui as carreiras de técnico e de analista da DPMG.

Christiane Malard sublinhou, também, a importância dos dados de prestações jurídicas no Siged. “Os dados

da nossa atuação são fundamentais para quaisquer negociações junto ao poder estadual”, ressaltou.

Encerrando o encontro, a defensora-geral salientou a antecipação da metade integral do 13º salário dos membros da Instituição, fruto de longa negociação com o Estado. “Esta conquista, aliada a tantas outras, é reflexo e mais um passo importante para a afirmação de nossa autonomia. Esta administração busca sempre, dentro do atual cenário, negociar o que for de melhor para a Defensoria Pública, que seja factível e que beneficie a todos”, concluiu.

Defensoria Pública em Itajubá realiza sessões de constelações familiares em parceria com o MP

A Defensoria Pública em Itajubá, em parceria com o Ministério Público local, realizou, no dia 02 de agosto, sessões de constelações familiares com os assistidos da DPMG.

A atividade contou com a presença da defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, acompanhada dos assessores da Defensoria-Geral, Gério Patrocínio Soares e Rafael de Freitas Cunha Lins, e do assessor militar, tenente coronel Westerson Pinto.



(esquerda) Defensora pública Jacqueline Peyrer; defensora-geral, Christiane Malard; promotor de Justiça Elkio Uehara; facilitadoras Rúbia de Oliveira Vasques e Roberta Cálix Coelho Costa

Os trabalhos foram conduzidos pela defensora pública Jacqueline Carneiro Roque Peyrer, coordenadora local da Defensoria Pública em Itajubá, e pelo promotor de Justiça da comarca, Elkio Uehara. As mediações das sessões foram feitas pelas consteladoras e facilitadoras Rúbia de Oliveira Vasques e Roberta Cálix Coelho Costa.

Antecedendo o início das sessões, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, falou sobre o investimento da Defensoria Pública na Capital na seara da mediação de conflitos, com a criação do Centro de Mediação de Conflitos Familiares e a capacitação de defensores públicos e servidores para atuarem na área. “Temos como missão institucional a realização da mediação e da conciliação como atuação extrajudicial.

O fator motivador para optarmos por esta linha de trabalho foi, exatamente, a visão humanizada dos conflitos ocultos. Trazendo o assistido para a nossa Casa e fazendo com que ele participe diretamente da solução deste conflito, possibilitamos que o problema seja solucionado em sua raiz”, disse.

Christiane Malard ressaltou que, na prática, evita-se que o conflito inicial gere novos conflitos, lembrando que esta é uma realidade comum, principalmente na área de famílias. Disse ainda que, a metodologia extrajudicial permite, mais do que simplesmente a aplicação da lei, a capacidade de delimitar o eixo motivador que está por traz das questões conflitantes.

continua >>



Continuação

Defensoria Pública em Itajubá realiza sessões de constelações familiares em parceria com o MP

Constelações familiares

A constelação familiar é um método psicoterapêutico com abordagem sistêmica fenomenológica, desenvolvido pelo filósofo alemão, Bert Hellinger. A utilização da constelação familiar está em conformidade com a Resolução nº 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estimula o uso, nas práticas de conciliação do Judiciário, de métodos adequados de resolução de conflitos, com um olhar inclusivo e humanizado. A técnica já é utilizada em treze estados brasileiros.

A facilitadora Roberta Cálix Coelho Costa explicou que por meio da abordagem sistêmica é possível identificar as causas profundas das dificuldades ou dos conflitos, que se repetem ao longo do tempo, num mesmo sistema familiar, e que impedem os envolvidos de efetivamente chegar a uma solução que traga paz. “A dificuldade trazida pela parte é observada dentro de todo o contexto familiar da pessoa, possibilitando a tomada de consciência das circunstâncias que permeiam a repetição de padrões familiares, que se perpetuam, às vezes, por gerações”, completou.

Dentro do drama familiar que vive atualmente, a constelada – termo utilizado para definir a pessoa que passa pelo processo – Dulce Maria Almeida de Paiva disse, ao final da sessão à qual foi submetida, que sentia-se muito aliviada, como se tivesse sido cortado o cordão umbilical com uma das partes envolvidas no conflito. “O sofrimento é grande porque o resultado é lento em

função de se tratar de um processo longo, mas encaro com muito mais leveza agora”, revelou.

A defensora pública Jacqueline Peyrer explicou que muitas vezes a Defensoria Pública é procurada, mas nem sempre há uma solução jurídica para o problema. “Porém, ações extrajudiciais desta natureza podem contribuir para que se evite futuros problemas, decorrentes deste primeiro, que possam desaguar no Judiciário”. Para Plínio Raul de Souza, também constelado, o método permite perceber outras formas de lidar com a situação. “É enfrentar a vida que segue, sem que o ocorrido possa afetar tanto”, resumiu.

Para o promotor de Justiça, Élkio Uehara, o uso das constelações familiares dentro do sistema Judiciário permite ampliar a perspectiva de defensores públicos, promotores de Justiça e juízes de Direito, uma vez que estes agentes vão analisar o conflito de forma humanizada, avaliando, também, as possíveis causas que o desencadearam e voltando um olhar humanizado para o processo jurídico, principalmente no campo das relações familiares. “Este é um recurso interdisciplinar eficaz para a estabilização das relações familiares e empoderamento de indivíduos em situação de vulnerabilidade, que repercute na solução conciliatória, reduzindo, assim, a judicialização de causas”, esclareceu.

continua >>



Participantes das sessões de constelações familiares, realizadas em Itajubá pela Defensoria Pública em parceria com o Ministério Público

Continuação

Defensoria Pública em Itajubá realiza sessões de constelações familiares em parceria com o MP

Ao final das sessões, a defensora-geral, Christiane Malard disse estar impactada com o êxito da prática “Iniciativas como esta me inspiram a lutar, cada vez mais, por conquistas que possam atender de forma humana à população vulnerável, buscando resolver os conflitos por meio de práticas alternativas que agilizem a solução, evitando assim a judicialização, e que tragam dignidade ao atendimento do cidadão”, concluiu.

(esquerda) Assessor de Planejamento e Infraestrutura, Rafael Lins; coordenadora local, Jacqueline Peyrer; promotor de Justiça, Élkio Uehara; defensora-geral, Christiane Malard; e assessor Institucional, Gério Patrocínio Soares



Defensoria Pública e Prefeitura de Itajubá assinam convênio de mútua cooperação na área de Saúde

A Defensoria Pública em Itajubá e o executivo municipal assinaram, no dia 03 de agosto, o Termo de Cooperação Técnica para o estabelecimento de mútua cooperação para o atendimento das demandas de saúde em Itajubá, tendo como prioridade a busca por soluções extrajudiciais.

Assinaram o TCT, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard e o vice-prefeito de Itajubá, Christian Gonçalves, representando o prefeito municipal, Rodrigo Imar Martinez Riera.

Compuseram, ainda, o dispositivo de autoridades, o coordenador da Regional do Sul de Minas, defensor público Cristiano Maia Luz, a coordenadora local em Itajubá, defensora pública Jacqueline Carneiro Roque

Peyrer; o defensor público em atuação na comarca, Paulo Henrique Mariosa, representando o presidente da Adep-MG, Eduardo Cyrino Generoso; a juíza de Direito, Luciene Cristian Marassi Cagni; o promotor de Justiça, Élkio Uehara, representando o procurador-geral de Justiça, Antônio Sérgio Tonet; o secretário municipal de Saúde, Nilo César do Vale Baracho;

continua >>



Dispositivo de autoridades

Continuação

Defensoria Pública e Prefeitura de Itajubá assinam convênio de mútua cooperação na área de Saúde

o delegado de Polícia Civil, Alexandre Valentim, representando o delegado regional de Polícia Civil, Denirval Campos da Cruz; o comandante da Polícia Militar de Itajubá, ten. Cel. André Coli; o vereador Jorge Andrade, representando a Comissão de Saúde da Câmara Municipal; e o assessor parlamentar do secretário Estadual de Governo, deputado federal Odair Cunha, e do deputado estadual Ulysses Gomes, Valdinei Rodrigues Faria.

Presentes, também, o coordenador da Defensoria Pública em Varginha, Márcio Salgado; os defensores públicos em atuação na comarca de Itajubá, Frederico de Paiva Zucareli, Rodrigo Simões Rocha, Kácila Maria de Castro e Gabriel Vieira Berla; os assessores da Defensoria-Geral, Gério Patrocínio Soares e Rafael de Freitas Cunha Lins; o assessor Militar da DPMG, ten. Cel. Westerson Guimarães Pinto; as defensoras públicas aposentadas, Gilce Xavier Ribeiro Cabral e Márcia Elizabeth Gonçalves Corrêa; o presidente da 23ª Subseção da OAB, João Luiz de Campos e a diretora tesoureira, Daniela Rocha Machado de Almeida; o comandante da Guarda Municipal, Adilson José Souza Silva; os assessores da Secretaria Municipal de Saúde, Maria Goretti Oliveira e Douglas Coutinho de Freitas; o coordenador do Procon/Itajubá, Vinícius Fonseca Marques; o presidente da CDL/Itajubá, Georges Kallás; e o diretor da Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Itajubá, Antônio Agnaldo Guimarães.

Na prática, o TCT prevê a disponibilização de profissionais, por parte da Prefeitura Municipal, para a análise de documentos elaborados pelos médicos dos assistidos e busca de soluções administrativas para as demandas de saúde, evitando assim, a judicialização da causa.

Em seu discurso, a defensora-geral, Christiane



Defensora pública-geral, Christiane Malard, e o vice-prefeito de Itajubá, Christian Gonçalves, assinam o TCT para mútua cooperação na área de saúde do município

Malard, ressaltou que para assegurar o direito à saúde, muitas vezes é necessária uma intervenção rápida por parte do Estado. “Fortalecemos nossas parcerias para que, ao final, o cidadão carente tenha acesso ao seu remédio, cirurgia e outros procedimentos de que precisa”, completou, dizendo que o objetivo do TCT é contribuir para a eficiência na garantia do direito de prestação dos serviços de saúde.

Christiane Malard destacou que a Defensoria Pública em Itajubá e o poder municipal estão na vanguarda da desjudicialização de demandas. “Desafogaremos o judiciário, que será acionado apenas em último caso, proporcionando economia de recursos públicos que serão revertidos ao bem do interesse da sociedade”, declarou.

continua >>

Defensora pública-geral, Christiane Malard: TCT vai contribuir para a eficiência na garantia do direito de prestação dos serviços de saúde



Continuação

Defensoria Pública e Prefeitura de Itajubá assinam convênio de mútua cooperação na área de Saúde

O vice-prefeito de Itajubá, Christian Gonçalves disse que o município vive um momento especial, já que a cooperação vai dar agilidade às demandas de saúde e atenção que o cidadão merece. “A maior beneficiária da parceria firmada pela Defensoria Pública e o município de Itajubá é a população, certamente, mas todo o sistema ganhará também, uma vez que proporcionará maior agilidade ao processo sem, com isso, sobrecarregar o judiciário”, observou.

De acordo com a defensora pública Jacqueline Carneiro Roque Peyrer, coordenadora da Instituição na comarca, Itajubá possui uma grande demanda de atendimentos pelo SUS. “Mensalmente, a Defensoria Pública realiza cerca de 20 atendimentos para judicialização de causas na área de saúde. A expectativa é de que, com a mútua cooperação, estas demandas diminuam, evitando a judicialização da causa e permitindo uma solução mais célere para o cidadão itajubense”, concluiu.

Para o defensor público Cristiano Maia Luz, coordenador da regional Sul de Minas, iniciativas desta natureza revelam a boa vontade dos agentes públicos em resolver os problemas dos cidadãos. “Em 18 anos de profissão, presenciei vários tipos de injustiças, sendo a área da saúde, a mais comumente de todas. Portanto, estar aqui para celebrar esta parceria, me deixa muito satisfeito”, completou.



Vice-prefeito de Itajubá, Christian Gonçalves



Coordenadora local em Itajubá, defensora pública Jacqueline Peyrer



Coordenador da Regional Sul de Minas, defensor público Cristiano Maia Luz

O secretário municipal de Saúde, Nilo Baracho, disse que em Itajubá cerca de 40% do orçamento da Saúde é destinado ao cumprimento de medidas judiciais. “Comprometendo a eficiência do Sistema Único de Saúde. Nesta perspectiva, estou certo que a cooperação entre a Defensoria Pública e o município vai solucionar de forma satisfatória, para o Estado e a população, as demandas que envolvem o SUS.

Para o promotor de Justiça Élkio Uehara, a parceria deve ser comemorada, tendo em vista que o sistema jurídico não consegue absorver, com celeridade, o grande

número de demandas, “é preciso que cada operador do Direito assuma a responsabilidade de criar alternativas resolutivas dos conflitos”.

A juíza Luciene Cristina Marassi Cagni, disse que o TCT é um marco para a comarca de Itajubá. “Hoje as demandas de saúde representam um dos maiores problemas do Judiciário e, para um juiz é uma situação muito difícil ter que optar pela decisão judicial em prol de uma pessoa, sabendo que poderá comprometer a saúde da coletividade”.

continua >>

Continuação

Defensoria Pública e Prefeitura de Itajubá assinam convênio de mútua cooperação na área de Saúde



Público presente

Descerramento

O ato marcou, ainda, mais uma etapa na consolidação da autonomia administrativa, uma vez que a Instituição assumiu o contrato de aluguel da atual sede na comarca. “Inauguramos hoje uma nova etapa de funcionamento da Defensoria Pública em Itajubá. Agradeço à atual administração da Prefeitura Municipal e as gestões passadas pela profícua e longínqua parceria”, ressaltou.

Christiane Malard fez, ainda, uma homenagem aos defensores presentes. “Agradeço o empenho dos colegas defensores públicos que trabalham e àqueles que já atuaram, arduamente, oferecendo assistência jurídica de qualidade aos mais vulneráveis, contribuindo para que a Defensoria Pública alcançasse seu devido lugar de destaque dentro do sistema de Justiça.

continua >>



Durante a solenidade, a defensora pública-geral, e demais autoridades que compuseram o dispositivo, descerraram a placa de identificação da Unidade, seguindo o atual padrão visual da DPMG

Continuação

Defensoria Pública e Prefeitura de Itajubá assinam convênio de mútua cooperação na área de Saúde



Defensora-geral, Christiane Malard, acompanhada da equipe de assessores, defensores públicos em atuação e aposentados da comarca de Itajubá

SAIU MÍDIA

[>> Cobertura Max](#)

GALERIA DE FOTOS

[>> Veja aqui mais fotos do evento](#)

Defensora-geral recebe visita da secretária adjunta de Casa Civil e de Relações Institucionais

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu, dia 1º de agosto, a visita da secretária adjunta de Casa Civil e de Relações Institucionais, Mariah Brochado, oportunidade em que foram tratados assuntos institucionais. Do encontro, participaram o sub-defensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima e o assessor Institucional, Gério Patrocínio Soares.

Durante a reunião, Mariah Brochado presenteou a defensora-geral com um exemplar autografado do seu livro “Educação para direitos humanos”.

Na mesma data, a secretária adjunta participou da abertura da 27ª Reunião do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais das Defensorias Públicas Estaduais, do Distrito Federal e da União, realizada na sede da DPMG.



O subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima; a secretária adjunta de Casa Civil e de Relações Institucionais, Mariah Brochado; a defensora pública-geral, Christiane Malard; e o assessor Institucional, Gério Patrocínio Soares

Defensora-geral recebe visita de vereador de Itabira e representantes da OAB

A defensora pública-geral, Cristiane Neves Procópio Malard, recebeu em seu gabinete, no dia 09 de agosto, a visita do vereador de Itabira, Rodrigo Alexandre Assis Silva, acompanhado pelos membros da OAB de Itabira, Weuler Ronilson Dias e Rogério Vieira; e Adriano Cardoso, da OAB/BH. Participaram, ainda, os assessores Institucionais da

Defensoria-Geral, Gério Patrocínio Soares, Cibele Cristina Maffia Lopes e Diana de Lima Prata Camargos.

Durante o encontro, foram tratados temas interinstitucionais de interesse da Defensoria Pública e do município de Itabira. Ao final, a defensora-geral, Christiane Malard, apresentou as instalações da Defensoria Pública para a comitiva.

A comitiva de Itabira foi recebida pela DPG, Christiane Malard e pelos assessores da Defensoria-Geral



OUTRAS VISITAS AO GABINETE

Coordenadora local de São João Nepomuceno

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu a coordenadora Local em São João Nepomuceno, Renata da Cunha Martins, para tratar de assuntos de interesse institucional da DPMG na comarca.

O encontro foi realizado dia 31.07.2017, no gabinete da Defensoria-Geral e contou com a presença dos assessores institucionais, Gério Patrocínio Soares e Diana de Lima Prata Camargos.

Assessora Institucional, Diana Camargos; coordenadora local em São João Nepomuceno, Renata Martins; defensora-geral, Christiane Malard; assessor institucional, Gério Patrocínio Soares



Defensores públicos da comarca de Juiz de Fora

Dia 04.08.2017, a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu a coordenadora da Regional Mata I, Ana Lúcia Gouveia Leite, e o defensor público Paulo Roberto Velloso, em atuação em Juiz de Fora.

Durante o encontro, que aconteceu no Gabinete da Defensoria Pública-Geral, foram tratados assuntos institucionais relacionados à Regional e à comarca.

Defensor público Paulo Roberto Velloso; DPG Christiane Malard; e a coordenadora da Regional Mata I, Ana Lúcia Gouveia





OUTRAS VISITAS AO GABINETE

Defensores públicos em atuação em Betim

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, reuniu-se, no dia 07 de agosto, com os defensores públicos em atuação na comarca de Betim. O encontro foi realizado para discutir interesses institucionais afetos à Defensoria Pública na comarca.

Participaram o coordenador Local da Defensoria Pública, Luís Renato Braga Areas Pinheiro, e os defensores

públicos: Rômulo Luís Veloso de Carvalho, Ronaldo Araújo e Motta, Maxnei Gonzaga, Renata Pacheco Duarte, Luiz Alberto Melo de Souza, José Victor Brandão de Faria, Sarah Durço Viana, Mirelle Morato Gonzaga e Mariana Ladeira Vieira. Presentes, também, os assessores institucionais da Defensoria-Geral, Gério Patrocínio Soares e Cibele Cristina Maffia Lopes.



Defensora-geral, Christiane Malard, acompanhada dos assessores institucionais da Defensoria-Geral, recebe os defensores públicos em atuação na comarca de Betim

Coordenador da Regional Sudoeste e Local em Passos

No dia 10 de agosto, a defensora-geral, Christiane Malard, recebeu a visita do coordenador da Regional Sudoeste e Local em Passos, Carlos Alberto Thomazelli Penha, oportunidade em que foram tratadas questões institucionais relativas à Regional. Também participaram da reunião as assessoras de Planejamento e Infraestrutura, Maria Valéria Valle da Silveira e Roberta de Mesquita Ribeiro, e Institucional, Cibele Cristina Maffia Lopes.

A partir da esquerda: As assessoras Roberta de Mesquita Ribeiro e Cibele Maffia; a DPG Christiane Malard; o defensor público Carlos Thomazelli; e a assessora Maria Valéria Valle



Defensor público da comarca de São Lourenço



A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu, nesta quinta-feira (10/08), no gabinete da Defensoria-Geral, o defensor público lotado em São Lourenço, Roger Vieira Feichas, para tratar de assuntos de interesse da comarca.

Presentes, ainda, os assessores institucionais, Gério Patrocínio Soares e Cibele Cristina Maffia Lopes.

Assessores institucionais, Gério Patrocínio Soares e Cibele Maffia; defensora-geral, Christiane Malard; defensor público Roger Feichas



Ações em destaque

Defensoria Pública participa do Fórum Regional de Governo em Almenara

O coordenador Local em Almenara, Antônio Lopes de Carvalho Filho, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, na solenidade de abertura do Fórum Regional de Governo, realizado dia 27 de julho, na Escola Estadual Tancredo Neves, naquela cidade. O secretário Helvécio Magalhães representou o governador Fernando Pimentel no evento, que reuniu representantes dos 35 municípios que integram o Território Médio e Baixo Jequitinhonha. Durante a cerimônia, Helvécio Magalhães entregou, para o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), a licença ambiental para as atividades de pavimentação e melhoramento da BR-367, no trecho entre Almenara e Salto da Divisa.

Também estiveram presentes os secretários de Estado de Governo, Odair Cunha; de Direitos Humanos,

Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda; de Transportes e Obras Públicas, Murilo Valadares; de Segurança Pública, Sérgio Menezes; de Cidades e de Integração Regional, Carlos Murta; de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Pedro Leitão; o secretário-geral, Eduardo Serrano; o subsecretário dos Fóruns Regionais, Fernando Tadeu David; o secretário Executivo do Fórum Regional Território Médio e Baixo Jequitinhonha, Dalmo Gonçalves Costa; os secretários adjuntos de Educação, Wieland Silberschneider; de Trabalho e Desenvolvimento Social, Karla França; de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais, Jean Alves Coelho, e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Germano Vieira.

Com informações da Agência Minas

FOTO: MARCELO SANT'ANNA/IMPRESA MG



O defensor público Antônio Lopes (terceira posição da esquerda para a direita, na segunda fileira)

DPMG participa de entrega de televisores na penitenciária Estevão Pinto

A Defensoria Pública e o ministério Luz no Cárcere promoveram, dia 27 de junho, a entrega de 25 aparelhos televisores ao Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, no bairro Horto, na Capital. Participaram do evento os defensores públicos Ana Paula Starling e Rodrigo Zamprogno, em atuação na Defensoria Pública de Execuções Penais de Belo Horizonte. A doação foi feita em parceria com a Igreja Batista Getsêmani, por meio do ministério Luz no Cárcere, e efetivada com apoio e intervenção da Defensoria Pública.

Para a defensora pública Ana Paula Starling, o evento “foi um dia diferente na unidade. As mulheres em privação de liberdade, alojadas nas celas externas, são aquelas que permanecem mais tempo nas celas e tem poucas atividades laborativas e educativas. Sendo assim, elas terem sido contempladas com os televisores foi uma grande alegria, pois será, na verdade, um pasatempo para elas, um veículo de comunicação e uma companhia, durante seu tempo de reclusão”.

continua >>



AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação*

DPMG participa de entrega de televisores na penitenciária Estevão Pinto

De acordo com o defensor público Rodrigo Zamprogno, o que era para ser uma simples entrega das TV's arrecadadas, através de uma parceria da Defensoria Pública de Execuções Penais da Capital com a Igreja Batista Getsêmani, se transformou em um belo evento, com a participação das sentenciadas, da direção da unidade prisional, agentes penitenciários e autorida-

des religiosas. “Foi emocionante ouvir as pessoas falando o que vinha do coração e como cada uma daquelas televisões irá oportunizar as mulheres privadas de liberdade a ter contato com o mundo exterior. A emoção tomou conta. Não tem nada mais gratificante do que de alguma forma poder mudar para melhor a vida de uma pessoa”, completou.



Da esquerda para a direita: O pastor Divino; Josiane Moreira; o assistente jurídico Adilson da Silva Melo; a advogada Beatriz Moraes de Sá; a defensora pública Ana Paula Starling; o pastor Ricardo Santos; o defensor público Rodrigo Zamprogno; a diretora da PIEP, Juliana Ferreira; e a diretora de Atendimento ao Indivíduo Privado de Liberdade, Maristela Andrade, com reeducandas no momento da entrega de aparelhos televisores

Defensora pública ministra palestra na Conferência de Assistência Social em Claro das Poções



A defensora pública Maurina Fonseca Matos, em atuação em Montes Claros, participou, dia 27.07.2017, da VII Conferência Municipal de Assistência Social, no município de Claro das Poções. Na oportunidade, a defensora pública proferiu palestra em que abordou os direitos sociais do cidadão, previstos na Constituição Federal; a universalização da Seguridade Social e a necessidade de aplicação do princípio da equidade na assistência social. Também foi abordada a importância de integração/intersectorialidade das políticas públicas (saúde, educação, assistência social, esportes e outras) para a efetivação dos direitos dos cidadãos.

**A defensora pública
Maurina Fonseca Matos**



AÇÕES EM DESTAQUE

27ª Reunião do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais das Defensorias Públicas acontece na sede da DPMG, em Belo Horizonte

Nos dias 01 e 02 de agosto, a Defensoria Pública de Minas Gerais sediou a 27ª reunião ordinária do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais das Defensorias Públicas Estaduais, do Distrito Federal e da União (CNCG/DPE-DF-DPU). A solenidade de abertura aconteceu na sala do Conselho Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais (CSDPMG).



Solenidade de abertura da 27ª reunião ordinária do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais das Defensorias Públicas Estaduais, do Distrito Federal e da União (CNCG/DPE-DF-DPU)

Além do corregedor-geral da DPMG, Ricardo Sales Cordeiro, anfitrião do encontro, e da presidente do CNCG/DPE-DF-DP, Livia Souza Bittencourt, presentes, ainda, 19 corregedores-gerais, representantes das Defensorias Públicas do Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo, Sergipe, Tocantins, Espírito Santo, Roraima e Defensoria Pública da União.

A solenidade de abertura contou, também, com a participação da defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; da secretária adjunta de Casa Civil e de Relações Institucionais, Mariah Brochado Ferreira; da vice corregedora-geral do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargadora Mariângela Meyer Pires Faleiro; do subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima; do presidente da Associação dos Defen-

sores Público de Minas Gerais (Adep-MG), Eduardo Cyrino Generoso; dos membros do CSDPMG, Galeno Gomes Siqueira, Fernando Campelo Martelletto e Erika Almeida Gomes; do ex-corregedor-geral da DPMG, Marcelo Tadeu de Oliveira; do corregedor-geral da Polícia Civil, Gustavo Adélio Lara Ferreira; de assessores da Corregedoria-Geral e da Defensoria-Geral, defensores públicos e servidores da DPMG.

“A cada dia, novos desafios se apresentam na defesa de nossa autonomia. Nossa trajetória tem sido marcada por muita luta, mas também por significativos avanços, em todos os estados, na busca da consolidação da Defensoria Pública, sempre com o objetivo precípuo de prestar um serviço público de excelência aos assistidos”, afirmou a defensora pública-geral de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard, na abertura do encontro.

continua >>

AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação***27ª Reunião do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais das Defensorias Públicas acontece na sede da DPMG, em Belo Horizonte****Defensora pública-geral de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard, na abertura do encontro**

Christiane Malard disse que o crescimento institucional consolidado pela Defensoria Pública coloca, sobre os seus membros, o peso da responsabilidade outorgada pela Constituição Federal, uma vez que a dinâmica social não permite a mera continuidade, exigindo aprimoramento constante. “O trabalho eficiente e diligente das Corregedorias-Gerais tem sido fundamental para o desenvolvimento de cada defensor público e da Instituição como um todo, na medida em que promove orientação aos órgãos de execução”, pontuou a defensora-geral que ressaltou, ainda, que a orientação, enquanto matiz pedagógica e de caráter preventivo, é a essência do trabalho correicional, muito mais que a atividade disciplinar.

Sobre a Corregedoria mineira, a defensora-geral res-

**O anfitrião do encontro: corregedor-geral da DPMG, Ricardo Sales Cordeiro****Presidente do CCG/DPE-DF-DPU, Livia Souza Bittencourt**

saltou a atuação diferenciada, com correições ordinárias nas unidades da Defensoria Pública em todo o Estado. “O resultado é um corpo de membros mais aptos, trabalhando de forma mais harmônica e adequada às necessidades das pessoas que procuram a Instituição, muitas vezes para a defesa de direitos fundamentais, sem os quais a dignidade humana está ameaçada. Seguiremos nosso caminho, conscientes da nossa importância para o Estado Democrático de Direito”, finalizou.

Em seguida, a presidente do CCG/DPE-DF-DPU, Livia Souza Bittencourt, falou sobre a importância do trabalho, realizado pelo colegiado, na articulação de ideias, troca de experiências e promoção do intercâmbio de procedimentos, para que as defensorias públicas possam criar uma isonomia de tratamento, principalmente, no campo da orientação funcional. “Hoje, – explicou Livia Bittencourt – a principal tarefa do corregedor é de prevenção. Orientando, acompanhando e estando próximo ao defensor e à instituição, é possível prevenir a falta funcional e, conseqüentemente, a punição”.

A presidente do colegiado ressaltou, ainda, a importância da consonância entre os órgãos da Administração Superior. “Vemos aqui em Minas Gerais a integração do Conselho Superior, Defensoria-Geral e Corregedoria-Geral. Espero que todos os estados possam alcançar este triângulo, que só fortalece a nossa Instituição como um todo”, finalizou.

O corregedor-geral da DPMG, Ricardo Sales Cordeiro, falou sobre o trabalho realizado pela Corregedoria-Geral mineira, ressaltando a excelência da equipe. “O manual funcional é o resultado de um profícuo trabalho desempenhado em equipe, pautado na prevenção e na atuação em constantes visitas às unidades da Defensoria Pública do Estado”, disse.

continua >>

AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação***27ª Reunião do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais das Defensorias Públicas acontece na sede da DPMG, em Belo Horizonte**

Secretária adjunta de Casa Civil e de Relações Institucionais, Mariah Brochado Ferreira, entre o corregedor-geral da DPMG, Ricardo Sales Cordeiro, e a defensora-geral, Christiane Malard

Na sequência, os participantes do Conselho Nacional dos Corregedores Gerais das Defensorias Públicas Estaduais, do Distrito Federal e da União, foram saudados pelo presidente da Adep-MG, Eduardo Cyrino Generoso, e pelo secretário do Conselho Superior da DPMG, Galeno Gomes Siqueira.

Palestra

Dando sequência aos trabalhos, a secretária de Estado adjunta de Casa Civil e de Relações Institucionais, Mariah Brochado, falou sobre a relação entre a Defensoria Pública mineira e o Governo do Estado. Iniciou sua fala ressaltando a qualidade apresentada no “Manual de Atuação Funcional dos Defensores Públicos de Minas Gerais”, produzido pela Corregedoria-Geral da DPMG, “com apresentação gráfica convidativa e temáticas pertinentes, que servem de fonte de estudos da missão constitucional da instituição de toda a comunidade jurídica e acadêmica”.

Mariah Brochado ressaltou o espaço que a Defensoria Pública ocupa atualmente no ambiente jurídico. “O artigo nº 134 da Constituição Federal define a função da Defensoria Pública de prestar a assistência jurídica integral e gratuita. Não é à toa que as palavras integral e jurídica foram colocadas no texto. Isso significa que a sua atuação não é parcial, nem somente judicial. A Instituição atua, também, nos bastidores da Justiça, sendo consultada e encaminhando possibilidades de conciliação”.

De acordo com a secretária, a Defensoria Pública tem assumido, nos últimos dez anos, um protagonismo sem precedentes. “Se anos atrás tratava-se de uma instituição módica e tímida, hoje, vem se firmando cada vez mais como uma instituição que cresce exponencialmente, com a conquista da sua autonomia na qual, por meio da criação de sua própria Escola Superior, é capaz de produzir seu próprio material. Trata-se da verdadeira

expressão do Estado Democrático de Direito, principalmente pelas formas alternativas e magistrais que desenvolve o trabalho de mediação dos conflitos”, concluiu Mariah Brochado.

Práticas exitosas

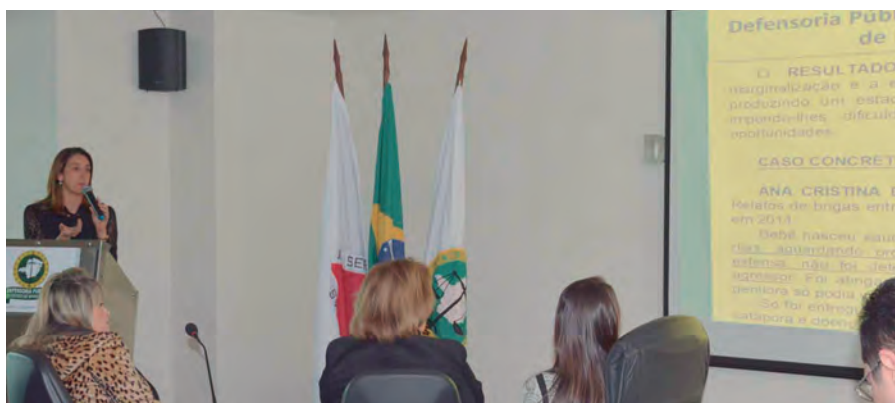
Em sequência, as defensoras públicas Daniele Bellelato Nesrala e Adriane da Silveira Seixas apresentaram o trabalho jurídico, vencedor do primeiro lugar no último concurso de Práticas Exitosas da Defensoria Pública, “Atuação dos defensores públicos na Infância e da Juventude Cível da Capital contra o abrigo compulsório de bebês”.

Na apresentação, as defensoras falaram sobre o crescimento deste abrigo e a forma indiscriminada com que é feito, sem a participação da Defensoria Pública e de órgãos ligados à proteção da criança, desde a publicação das recomendações nos 02 e 03/2014, do Ministério Público, determinando que os profissionais de saúde e de instituições hospitalares que constatarem ou identificarem evidências de que os genitores e/ou crianças recém-nascidas se encontram em situação de vulnerabilidade ou risco deverão comunicar o fato, em até 48 horas, à Vara Cível da Infância e da Juventude de Belo Horizonte. Apresentaram, ainda, as ações estratégicas e de atuação, realizadas pela Defensoria Pública desde 2014, e que, paulatinamente, vêm conquistando pequenas vitórias.

As defensoras ressaltaram que a medida, que deveria ser a última a ser tomada, tem se tornado praxe na Capital. “O acolhimento é ato de competência judicial, mas só deve ser levado a efeito após o esgotamento da atuação do Conselho Tutelar. Cabe ao conselho ser a porta de entrada desse sistema de garantias e, no caso de violação de direitos e risco para a criança, agir na aplicação das medidas protetivas”, disse a defensora Adriane Seixas.

continua >>

AÇÕES EM DESTAQUE | Continuação

27ª Reunião do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais das Defensorias Públicas acontece na sede da DPMG, em Belo Horizonte

As defensoras públicas Daniele Belletato Nesrala e Adriane da Silveira Seixas durante apresentação do trabalho jurídico sobre a atuação dos defensores públicos na Infância e da Juventude Cível da Capital contra o abrigo compulsório de bebês

A defensora pública Danielle Belletato também fez críticas ao abrigo compulsório, que, segundo ela, retira a oportunidade de atuação da família e não dá direito de defesa aos pais. “As famílias não tiveram a oportunidade de serem família. Então, como chegamos à conclusão de que elas serão riscos para as crianças? Há um pré-julgamento”, disse.

Encerrando, a vice-corregedora de Justiça, desembargadora Mariângela Meyer Pires Faleiro, parabenizou as duas apresentações, ressaltando que é preciso ter pessoas com o perfil de humanidade e sentimento para atuar em áreas específicas como a Infância. A desembargadora se dispôs a contribuir para corrigir este problema estrutural e tão complexo.

>> [Veja aqui mais fotos da Reunião da CNCG/DPE-DF-DPU](#)



A vice-corregedora de Justiça, desembargadora Mariângela Meyer Pires Faleiro

Missão Interinstitucional e Defensoria Especializada da Infância e Juventude debatem o acolhimento compulsório de bebês em Belo Horizonte

O coordenador da Defensoria Especializada da Infância e Juventude Cível, Wellerson Eduardo da Silva Corrêa, e as defensoras públicas Daniele Belletato Nesrala, Adriane da Silveira Seixas e Thaisa Amaral Braga, em atuação na Defensoria Especializada da Infância e Juventude Cível, e Júnia Roman Carvalho, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), reuniram-se, dia 01.08.2017, com a Missão Interinstitucional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Ministério da Saúde, Ministério da Defesa Social e Conselho Nacional do Ministério Público, na sala de reuniões do Gabinete da Defensoria-Geral de Minas Gerais, para analisar a questão do acolhimento compulsório de bebês em Belo Horizon-

te, atendendo a representação ajuizada pela Defensoria da Infância e Juventude junto ao CNJ.

Participaram do encontro, a promotora de Justiça Daniela Yokoyama, representando o Ministério Público de Minas Gerais; a diretora de Políticas Temáticas da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos, Fabiana Gadelha; a coordenadora-geral do Ministério do Desenvolvimento Social, Ana Luísa Coelho Moreira; as representantes da Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público, Darcy Leite Ciraulo, e da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, Sandra Silvestre.

continua >>

AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação***Missão Interinstitucional e Defensoria Especializada da Infância e Juventude debatem o acolhimento compulsório de bebês em Belo Horizonte**

De acordo com a defensora pública Daniele Bellettato, "a reunião com a Missão Interinstitucional foi muito produtiva. Tivemos a oportunidade de apresentar a maioria dos problemas que permeiam o fluxo de atendimento extrajudicial e judicial em relação às medidas protetivas para a criança e o adolescente. O principal deles, seguramente, é a discriminação estrutural, que está enraizada em toda a rede de atendimento de Belo Horizonte e os procedimentos criados pela Portaria 03 da Vara da Infância e Juventude que cria uma terceira espécie de acolhi-

mento institucional, que não encontra amparo legal".

Ao final da reunião, foram apresentadas as propostas da Defensoria Especializada da Infância e Juventude, como a revogação da Portaria e Recomendações; a realização de um ciclo de capacitação para toda a rede, incluindo os membros do Sistema de Justiça; a transparência dos dados dos acolhimentos institucionais; e a implantação de um Fórum da Criança e do Adolescente, nos moldes do existente em Ribeirão das Neves, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.



Da esquerda para a direita: A promotora de Justiça Daniela Yokoyama; as defensoras públicas Adriane da Silveira Seixas e Thaisa Amaral Braga; Fabiana Gadelha; Ana Luísa Coelho Moreira; a promotora de Justiça Darcy Leite Ciraulo; o corregedor-geral da DPMG, Ricardo Sales Cordeiro; o defensor público Wellerson Corrêa; e as defensoras públicas Júnia Roman e Daniele Bellettato

DPMG participa de audiências por videoconferência

No dia 04 de agosto, a defensora pública Ana Paula Carvalho Starling Braga, em atuação na Defensoria de Execuções Penais da Capital, participou, como órgão de execução, de audiências admonitórias de mulheres em privação de liberdade no Complexo Penitenciário Feminino Estêvão Pinto (PIEP) realizadas por meio de videoconferência. As audiências foram conduzidas pelo juiz titular da Vara de Execuções Penais de Belo Horizonte (VEP-BH), Luiz Carlos Rezende e Santos.

Segundo a defensora pública Ana Paula Carvalho Starling, "foram ouvidas nove mulheres por videoconferência, evitando-se assim, o alto custo com o deslocamento das mesmas até o fórum. Além disso, o benefício da prisão domiciliar monitorada foi concedido à oito detentas".



Videoconferência evita custo de deslocamento de detentas

AÇÕES EM DESTAQUE | Continuação

Defensoria Especializada de Saúde faz vistoria no Hospital Santa Casa de Belo Horizonte

A Defensoria Especializada de Saúde realizou, no dia 04.08.2017, vistoria no Hospital Santa Casa de Belo Horizonte, em ação para marcar o Dia Nacional da Saúde, celebrado em 05 de agosto.

A iniciativa partiu de defensores públicos com atuação na área da saúde de diversos estados, em ação coordenada pela Comissão Temática de Saúde da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep). Também foram realizadas vistorias em hospitais de várias unidades da federação, com o objetivo de inspecionar as instalações e verificar como está o acesso aos serviços de saúde em atendimento às principais demandas dos cidadãos que buscam auxílio da Defensoria Pública.

Na Capital mineira, a vistoria foi realizada pelos defensores públicos em atuação na Defensoria Especializada de Saúde, Bruno Barcala (coordenador), Rodrigo Delage e Carlos Magno Miqueri.

De acordo com o coordenador Bruno Barcala, “no aspecto geral, o hospital, em que pesem as restrições financeiras, encontra-se em plena atividade, que vêm sendo exercidas em boas condições para um regime cem por cento SUS. Existem, contudo, pontos que merecem cuidados, sendo o principal deles a reabertura de



15 leitos de UTI que atualmente se encontram aparelhados, no entanto, desativados por insuficiência de recursos financeiros. Ressalto que a Defensoria Especializada de Saúde iniciará diálogo com a diretoria do hospital, no sentido de se buscar efetivar as melhorias que se mostraram necessárias, principalmente, na tentativa de reabertura dos leitos de UTI”.



Superintendente de Assistência ao SUS, Gláucio de Oliveira Nangino; defensores públicos Bruno Barcala, Rodrigo Delage e Carlos Magno Miqueri; superintendente Jurídico de Auditoria Interna, João Costa Aguiar Filho; e o assessor da Santa Casa, Gilmar

DPMG participa de eventos em Montes Claros alusivos aos 11 anos da Lei Maria da Penha

Em comemoração aos 11 anos da Lei Maria da Penha, celebrados em 07 de agosto, a coordenadora da Defensoria Pública Especializada na Defesa da Mulher em Situação de Violência em Montes Claros, Maiza Rodrigues da Silva, participou de eventos na comarca.

A coordenadora concedeu entrevistas para veículos da imprensa e proferiu palestras, entre outras, na Casa Abrigo Esperança, que acolhe mulheres em situação de Violência de Montes Claros e região.

continua >>

AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação***DPMG participa de eventos em Montes Claros alusivos aos 11 anos da Lei Maria da Penha**

**Coordenadora
Maiza Rodrigues
da Silva (ao centro)
acompanhada por
funcionárias da
Casa Abrigo
Esperança**

Defensoria Pública participa de audiência pública da ALMG que debateu o atendimento às mulheres vítimas de violência

A defensora pública Samantha Vilarinho Mello Alves, em atuação na Defensoria Especializada na Defesa da Mulher em Situação de Violência, participou no dia 08.08.2017, de audiência pública promovida pela Comissão Extraordinária das Mulheres, no auditório da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), que debateu a situação do atendimento às mulheres vítimas de violência, no contexto da Lei Maria da Penha (Lei Federal 11.340, de 2006), bem como os avanços, conquistas e desafios da norma, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Em sua explanação, Samantha Vilarinho ressaltou a necessidade de se estruturar um juizado com “competência híbrida”. Segundo ela, da forma como funciona o atendimento atualmente, a vítima acaba desistindo. “A mulher tem que registrar a ocorrência na delegacia localizada em um endereço, fazer exame de corpo de delito em outro local, receber orientação jurídica em outro e acompanhar as ações de medidas protetivas de urgência, criminais e de família em locais diferentes, numa verdadeira via crucis”, ilustrou.

O evento contou com a presença de estudantes da 5ª série da Escola Estadual Pandiá Calógeras que tiveram a oportunidade de se conscientizar sobre a importância do



**A defensora
pública
Samantha
Vilarinho
durante
audiência na
Assembleia
Legislativa**

combate à violência contra a mulher. O juiz Marcelo Gonçalves de Paula, da 13ª Vara Criminal, especializada em violência doméstica, tratou do assunto de forma acessível para os estudantes, que ouviram um testemunho pessoal sobre a violência doméstica, feito pela militante Thais Mátia, coordenadora da Casa de Referência Tina Martins, do Movimento de Mulheres Olga Benário.

Com informações da ALMG

Regional Sudoeste debate atuação extrajudicial da Defensoria Pública em parceria com Furnas

O coordenador da Regional Sudoeste, Carlos Alberto Thomazelli Penha, reuniu-se, no dia 09.08.2017, com as responsáveis pela Gerência de Responsabilidade Socio-cultural de Furnas, Valesca de Almeida Losanoff e Olga

Coutinho, para tratar da atuação extrajudicial da Defensoria Itinerante em ações sociais a serem realizadas na Regional Sudoeste.

continua >>

AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação***Regional Sudoeste debate atuação extrajudicial da Defensoria Pública em parceria com Furnas**

Na oportunidade, a Defensoria Pública em Passos foi convidada a participar com o atendimento itinerante nas próximas edições da ação social “Aldeia da Cidadania”, em razão dos resultados da atuação nas cidades de Passos e São João Batista do Glória, onde foram realizadas orientação jurídica e distribuição de cartilhas.

Além do atendimento jurídico, a “Aldeia da Cidadania” oferece, em parceria com diversas instituições, serviços gratuitos na área de saúde, educação, esporte, cultura e lazer, como a aferição de pressão arterial; teste de glicemia e de DST; vacinação contra febre amarela e H1N1; consultas médicas; atendimento odontológico e orientação sobre saúde bucal; palestras sobre amamentação, alimentação saudável e Lei Maria da Penha; emissão de CPF; corte de cabelo e maquiagem; atividades de recreação e orientações de Assistência Social.

As representantes da Gerência de Responsabilidade Sociocultural de Furnas, Olga Coutinho e Valesca de Almeida Losanoff, e o defensor público Carlos Alberto Thomazelli



DPDH obtém liminar em ação que questiona medidas da Urbel que afetaram famílias removidas de áreas de risco

A Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio da defensora pública Cleide Aparecida Nepomuceno, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), obteve liminar na Ação Civil Pública de número 6046028-87.2015.8.13.0024, ajuizada contra o Município de Belo Horizonte e a Companhia Urbanizadora de Minas Gerais (URBEL). Na ação, a Defensoria Pública questiona a legalidade de decreto municipal que retira benefícios de famílias removidas decorrentes de área de risco.

Para a defensora pública Cleide Aparecida Nepomuceno, além de ilegal por modificar texto de lei, “o decreto piora a situação das famílias removidas de áreas de risco, eliminando o direito ao reassentamento e obrigando-as a pagarem por uma nova moradia”. Ressalta que, representa “um retrocesso em direitos humanos, o que não pode ser admitido, principalmente, em uma sociedade com um débito social grande como a brasileira, em particular, a de Belo Horizonte”.

Em sua sentença, o juiz Rinaldo Kennedy Silva julgou procedente o pedido da ACP para: "a) declarar a ilegalidade da omissão do Decreto nº 15.762/14 e da

Resolução XL do Conselho Municipal, consubstanciada na ausência de disposição que faculta a indenização das benfeitorias edificadas, em caso de recusa injustificada ao reassentamento, por violar o que dispõe o artigo 8º, da lei nº 11.283/03, que deve continuar a ser aplicado até que seja devidamente regulamentado de forma correta; b) declarar a ilegalidade do § 1º do artigo 5º, que traz condição não prevista na lei nº 7.597/98 ao condicionar o assentamento ao pagamento do financiamento respectivo imóvel destinado às famílias reassentadas; c) declarar a nulidade do inciso IV do artigo 5º do Decreto 15.762/14 por prever, como requisito para ingresso no programa PEAR, o prazo de ocupação de 24 (vinte e quatro) meses, em expressa violação à lei nº 7.597/98 que prevê o prazo de doze meses; d) declarar a ilegalidade do artigo 7º da Resolução XL do Conselho Municipal de Habitação, que prevê a suspensão do pagamento do auxílio bolsa moradia antes da comprovação da indenização dos moradores reassentados, tendo em vista que tal situação não está prevista na lei nº 7.597/98".

Clique aqui para ler a sentença.



AÇÕES EM DESTAQUE

Coordenador da Infância participa de reunião de comissão do Condege

O coordenador da Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Cível, Wellerson Eduardo da Silva Corrêa, participou de reunião da comissão especializada em promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente do Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais (Condege). O encontro, que contou também com a presença da coordenadora do Unicef na Bahia, Helena Oliveira, aconteceu no dia 04 de agosto, no auditório da Escola Superior da Defensoria Pública da Bahia, em Salvador.

Durante a reunião, foram definidas as pautas para as palestras que serão ministradas no VI Congresso Nacional dos Defensores Públicos da Infância e Juventude,

que acontecerá em outubro deste ano, em Salvador. Na pauta, os desafios na efetivação dos direitos da criança e do adolescente, o enfrentamento ao trabalho infantil e a educação em direitos e meios extrajudiciais de resolução de conflitos.

Nota técnica

Os defensores públicos participantes da reunião também debateram projetos de lei que estão em tramitação para a modificação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no tema da adoção, a fim de elaborar nota técnica que irá para análise e aprovação do Condege.



O coordenador da Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Cível, Wellerson Eduardo da Silva Corrêa, representou a DPMG no encontro

Assistido da Defensoria Pública em Varginha tem prisão revogada por falta de audiência de custódia

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais em Varginha, por meio da defensora pública Eline Viviane Marcelo Loesch, em atuação na 2ª Vara Criminal, obteve alvará de soltura no pedido de *habeas corpus* de número 1.000.17.049305-0/000, julgado pela 4ª Câmara Criminal. Com relatoria do desembargador Doorgal Andrada, a prisão foi considerada nula em razão da não realização de audiência de custódia na 2ª Vara Criminal.

De acordo com o relator, "se a opção for de negar ao réu seu direito, então mais sensato, mais prudente e equânime, seria não aplicar a audiência de cus-

tódia em Minas Gerais. Ora, se nós, juízes, somos os mesmos em Minas Gerais, se o Tribunal é o mesmo, se a lei é a mesma, porque alguns réus têm direito à audiência de custódia e outros não têm? Se o HC vier da comarca de Belo Horizonte, e não foi realizada a audiência de custódia, há que reconhecer a nulidade da prisão. Mas vindo um HC de Betim, Aimorés ou Januária, por exemplo, é lícita a prisão sem audiência de custódia? Entendo que a nulidade é evidente, pois a legislação é igual para todas as comarcas e réus".



Eventos

Defensoria Pública participa da inauguração do Cejusc em Santos Dumont e Leopoldina

A coordenadora Local da Defensoria Pública de Minas Gerais em Santos Dumont, Luciana Mourão Rezende, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, dia 02.08.2017, na solenidade de inauguração do Centro Judiciário de Solução de Conflito e Cidadania (Cejusc) na comarca. Realizada no salão do Tribunal do Júri do Fórum De-

sembargador Paulo Motta, a cerimônia contou com a presença de magistrados, diversas autoridades e servidores do fórum.

O centro concentrará a realização das audiências e sessões de conciliação e mediação, processuais e pré-processuais, além de prestar serviço de atendimento e orientação ao cidadão.

Da esquerda para a direita: O presidente da OAB de Santos Dumont, Sandro Vilela Damasceno; a desembargadora Selma Marques; a juíza Maria Cristina de Souza Trulio; o desembargador Saulo Versiani Pena; o prefeito de Santos Dumont, Carlos Alberto de Azevedo; o promotor de Justiça Roger Aguiar; e a defensora pública Luciana Rezende



Cejusc em Leopoldina

Em Leopoldina, a coordenadora Local, Roberta Lima de Paula, representou a defensora-geral, Christiane Malard, na solenidade de instalação do Cejusc na comarca, no dia 08.08.2017, em cerimônia realizada no fórum local.

Em sua explanação, Roberta Lima de Paula ressaltou que a simplicidade do funcionamento do Cejusc “traduz-se na facilidade de sua implementação. Aproximando-se da sociedade, consegue oferecer amplo acesso à Justiça, sem custos, sem demora, sem grandes formalidades, trazendo benefícios para todos os envolvidos. Cumpre ainda um papel preventivo, dirimindo o conflito já em seu nascedouro. Um espaço que acolhe as diferenças e revela a possibilidade de coexistência de iguais liberdades individuais. O defensor público, como agente de transformação social, imbuído da função de promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico encontra papel importante na atuação do Cejusc”, destacou.



Com informações do TJMG

A defensora pública Roberta Lima de Paula

EVENTOS | *Continuação*

Defensoria Pública de Minas Gerais prestigia posse de novos juízes

A defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pelo assessor de Planejamento e Infraestrutura, Rafael de Freitas Cunha Lins, na cerimônia de posse de 22 novos juízes realizada dia 04.08.2017, no auditório do anexo I do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG).

Durante a solenidade, que contou com a presença do presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, os novos magistrados fizeram a leitura do termo de compromisso de atuação no cargo e assinaram o termo de posse.

Assessor de Planejamento e Infraestrutura da Defensoria-Geral do Estado, Rafael de Freitas Cunha Lins (1ª posição, à direita)



Defensoria Pública participa de apresentação de metodologia de gestão de precedentes

A defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pela assessora Jurídico-Institucional, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, no encontro realizado entre o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) no dia 7 de agosto, com o objetivo de aprimorar a metodologia de gestão do sistema de precedentes e a integração entre as duas instituições.

O evento buscou orientar a aplicação das normas processuais dispostas no Código de Processo Civil (CPC) e a utilização de ferramentas tecnológicas com vistas a

reduzir a tramitação de processos e recursos nos tribunais. Foram abordados aspectos teóricos, com ênfase na questão prática do sistema de precedentes estabelecido pelo CPC, e foram também apresentadas as ações implantadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo STJ, entre 2007 e 2008, com resultados atuais.

O encontro reuniu os ministros membros da Comissão Gestora de Precedentes do STJ e magistrados que integram a comissão de gestores do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep) do TJMG.

Com informações do TJMG



Assessora Jurídico-Institucional, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias (2ª posição, à direita)

EVENTOS | Continuação

Defensoria Pública participa de ato unificado para marcar os 11 anos da Lei Maria da Penha

A defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pela assessora Institucional, Cibele Cristina Maffia Lopes, no ato unificado realizado no dia 07.08.2017, na região central de Belo Horizonte, com o objetivo de marcar os 11 anos da Lei Maria da Penha.

Diversas entidades públicas, como o Conselho Municipal de Direitos da Mulher, a Defensoria Pública, o Centro de Atendimento Benvinda, o Ministério Público e movimentos sociais, tais como o Coletivo de Mulheres Olga Benário, o grupo Linhas do Horizonte e a Tenda da Democracia, além de grupos musicais, participaram do ato unificado, que teve a finalidade de comemorar as conquistas até aqui alcançadas e reforçar a necessidade de seguir lutando pela visibilidade, fortalecimento e combate à violência doméstica. Durante o evento, foram realizadas intervenções artísticas e informativas sobre a importância e impacto da lei, como por exemplo, pelas bordadeiras do grupo Linhas do Horizonte, que bordaram faixas com frases associadas aos 11 anos da Lei Ma-

ria da Penha. As intervenções contaram com a participação ativa dos transeuntes da Praça Sete.

A coordenadora da Defensoria Especializada na Defesa da Mulher em Situação de Violência, Maria Cecília Pinto e Oliveira, fez uma breve explanação sobre as atribuições da Especializada como órgão integrante da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, no combate à violência doméstica. A defensora pública destacou, ainda, a importância de eventos como o ato unificado, para a conscientização da população sobre os direitos da mulher e na prevenção à violência de gênero.

Também participou do ato a defensora pública Samantha Vilarinho Alves, em atuação na Especializada.



Assessora Institucional, Cibele Cristina Maffia Lopes (à direita), e a superintendente de Enfrentamento à Violência contra Mulheres, da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (Sedpac), Isabel Cristina de Lima Lisboa

Defensoras públicas Maria Cecília Pinto e Oliveira e Samantha Vilarinho Alves (ao fundo) acompanhadas por demais participantes do ato



EVENTOS

Defensoria Pública participa de audiência na ALMG sobre criminalidade em Betim

A defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pelo defensor público Rômulo Luis Veloso de Carvalho em audiência pública realizada no 08.08.2017, pela Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), com o objetivo de debater medidas para enfrentamento da criminalidade no Município de Betim.



Audiência pública busca soluções para criminalidade em Betim

Localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a cidade de Betim ocupa a primeira colocação entre as cidades mais violentas do Estado, segundo dados apresentados pelo comandante da 2ª Região da Polícia Militar (PM), coronel Mauro Lúcio de Moura. Apesar disso, no primeiro semestre de 2017, o município registrou uma redução de 13,2% na prática de crimes violentos, categoria na qual se enquadram assaltos, homicídios e tráfico de drogas.

Para o comandante, o decréscimo dos índices de criminalidade apontados em Betim neste ano diverge da realidade observada entre 2006 e 2016, quando o município registrava um aumento na violência. Ainda segundo o comandante, não apenas Betim, mas praticamente todo o Estado tem registrado quedas nos índices de criminalidade em 2017. Na sua avaliação, os números positivos que começam a se apresentar têm sido fruto de um trabalho difícil e que envolve o esforço de todos os colaboradores que compõem o sistema de defesa do Estado.

O efetivo policial foi apontado pelo representante da PM e pelo delegado-chefe do 2º Departamento de Polícia Civil de Contagem, Kleyverson Rezende, como a questão que mais aflige as instituições de segurança pública.

O defensor público Rômulo Luis Veloso de Carvalho reconheceu o esforço dos órgãos de controle na obtenção dos relatados índices de melhora e defendeu um

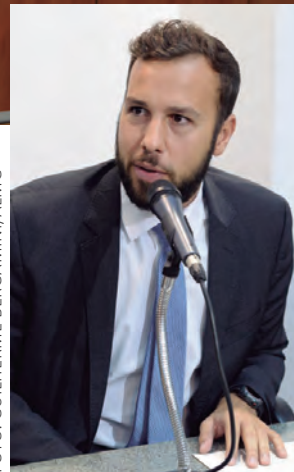


FOTO: GUILHERME BERGAMINI/ALMG

Defensor público Rômulo Luis Veloso de Carvalho

trabalho integrado entre os diversos órgãos. Rômulo Carvalho ressaltou, ainda, a importância da contribuição da Defensoria Pública na melhora dos índices de segurança, especialmente com os trabalhos realizados em áreas como a violência doméstica, infância e juventude, entre outros. Os deputados presentes na reunião assinaram um requerimento para que a comissão visite o 33º e o 66º BPMs e a 2ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Betim para conferir as condições de trabalho e conhecer a logística e a capacidade de resposta dessas unidades.

Outro requerimento é para que a comissão visite o Ministério da Justiça, para promover a integração das Polícias Civil e Militar com as Polícias Federal e Rodoviária Federal, de modo a fortalecer o trabalho de enfrentamento da criminalidade.

Com informações da ALMG

EVENTOS

DPMG participa da entrega de academias ao ar livre para serem instaladas nos municípios do Estado

O assessor Institucional, Gério Patrocínio Soares, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, na solenidade de entrega de 296 unidades de Academias ao Ar Livre, realizada no Auditório JK, na Cidade Administrativa, no dia 09.08.2017. Os equipamentos serão instalados em 196 municípios mineiros, e foram adquiridos por meio de emendas parlamentares.

FOTO: MANOEL MARQUES/IMPRESA MG



Solenidade de entrega de 296 unidades de Academias ao Ar Livre para serem instaladas em 196 municípios de Minas Gerais

A entrega foi realizada pelo governador Fernando Pimentel que anunciou, ainda, a publicação de editais para seleção de projetos de promoção e fomento do esporte e da prática de atividade física em Minas Gerais. Além disso, foi lançado o novo portal Observatório do Esporte, que funcionará como ferramenta de promoção e acesso às informações de incentivo para a prática de esportes e atividades físicas no Estado.

Presentes na cerimônia, os secretários de Estado de Governo, Odair Cunha; de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais, Epaminondas

Pires de Miranda; de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Pedro Leitão; Extraordinário de Desenvolvimento Integrado e Fóruns Regionais, Wadson Ribeiro.

Além do presidente da Assembleia Legislativa, Adalclever Lopes, também participaram os deputados Rogério Correia, Celinho do Sinttrocel, Márcio Santiago, Fábio Avelar, Nozinho, Geraldo Pimenta, Tadeu Martins Leite, Geisa Teixeira, Isauro Calais, Cristiano Silveira, André Quintão, Glaycon Franco, Anselmo José Domingos, Doutor Jean Freire, Elismar Prado, Duarte Bechir, Emidinho Madeira, Carlos Henrique e Bosco.



Governador Fernando Pimentel entre o assessor Institucional Gério Patrocínio Soares e o deputado estadual Isauro Calais



Assessor Institucional da DPMG, Gério Patrocínio Soares; secretário municipal de Administração, Getúlio Martins Rodrigues; prefeito municipal de Mirai, Luiz Fortuete; deputado estadual Isauro Calais e secretário municipal de Saúde, Luciano de Souza Alcântara

Escola Superior

Tráfico de pessoas é debatido em roda de conversa realizada pela Defensoria Pública

A defensora-geral, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pela assessora Institucional, Cibele Cristina Maffia Lopes, na Roda de Conversa “Tráfico sexual feminino: Violência e Violação dos Direitos das Mulheres, Travestis e Mulheres Trans”, realizada no dia 02.08.2017, no Auditório da Defensoria Pública de Minas Gerais.



Da esquerda para a direita: A assessora Institucional Cibele Maffia; a secretária de Educação Macaé Evaristo; a representante da deputada Marília Campos, Daniela Tiffany; a diretora da Esdep, Hellen Caires Teixeira Brandão; a defensora pública Rachel Passos; a representante da Associação das Prostitutas de Minas Gerais (Aprosmig), Karina Dias; o assessor de Imprensa da Aprosmig, Vinicius Abdalla; a servidora da secretaria estadual de Saúde, Gisela Lima; e a representante do Jocum, Poliana Cipriano

A atividade realizada pela Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH) e a Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep), contou com o apoio do Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo (Comitrate) e da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep).

O evento integrou o Fórum de Diálogos “Migrantes, Refugiados, Apátridas, Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas”, promovido pelo Comitrate, dentro da Campanha Coração Azul, movimento de conscientização da sociedade acerca da importância do enfrentamento ao tráfico de pessoas, que tem, em 30 de julho, o seu dia internacional, estabelecido pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC/ONU).

Na abertura, Cibele Maffia leu mensagem da defensora-geral para os participantes da Roda de Conversa, na qual Christiane Malard ressalta “a busca incessante pelo resgate da cidadania das pessoas vulneráveis” realizada pela Defensoria Pública. Destacou que a Semana Coração Azul “é marcada pela intensificação da luta de



A assessora Institucional, Cibele Maffia

conscientização da sociedade sobre a importância da questão”. Frisou também que “o esforço é que propicia mudanças, por isso permaneceremos organizados e unidos para alterarmos o estado de coisas, superando a violação histórica dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade social”.

continua >>

AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação***Tráfico de pessoas é debatido em roda de conversa realizada pela Defensoria Pública**

A diretora da Esdep, Hellen Caires Teixeira Brandão, afirmou que “a discussão sobre o tráfico de pessoas é importante para conscientização da população em torno do tema e que eventos como a Roda de Conversa aproximam a Defensoria Pública da sociedade”. Ressaltou ainda que a Defensoria Pública vai promover curso de defensores populares, com o objetivo de levar à população as noções básicas das várias disciplinas que o Direito engloba. O curso favorecerá a atuação desses defensores populares na comunidade.

Douglas Miranda, representante do secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (Sedpac), Nilmário Miranda, pontuou a urgência de reconhecimento, pela sociedade, do papel e do direito à cidadania das pessoas LGBT. Realçou a necessidade de se mostrar que o tráfico de pessoas é presente no cotidiano de mulheres, travestis e transexuais, assim como “a desconstrução da imagem de que travestis estão destinados à prostituição”.

A servidora da Secretaria de Estado de Saúde, Gisela Lima, chamou a atenção para a situação das mulheres trans e travestis que sobrevivem da prostituição e as situações a que estão expostas, em razão da falta de acesso ao mercado formal de trabalho. “A sociedade não está preparada para receber o diferente e o conservadorismo impede os avanços no entendimento da situação vivenciada por estas pessoas”, ressaltou.

O assessor de Imprensa da Associação das Prostitutas de Minas Gerais (Aprosmig), Vinicius Abdala, destacou a importância do tema em debate e da divulgação de informações corretas pela mídia para não confundir as pessoas. Lembrou que a prostituição é um vértice do tráfico de pessoas para a exploração sexual, “o que exige que, na divulgação do assunto, os dois conceitos sejam bem explicados, para que o esclarecimento possa chegar à população”.

A representante da Associação das Prostitutas de Minas Gerais (Aprosmig), Karina Dias, disse que a não regulamentação da profissão favorece a exploração sexual, assim como o tráfico de mulheres, travestis e mulheres trans para a exploração sexual. “Faltam políticas públicas que possam resolver questões como a segurança e o cumprimento de direitos trabalhistas”, afirmou, realçando que “a falta de uma política institucional impede avanços no combate ao tráfico de pessoas”.

A assessora Estratégica, Carla Kreefft, que representou a secretária de Estado da Educação durante o debate, lembrou o interesse de Macaé Evaristo dos Santos em parcerias para um trabalho coletivo com as pessoas LGBT. Afirmou a importância de uma diretoria na Secretaria de educação como instrumento para o combate ao preconceito.

A deputada estadual Marília Campos



A deputada Marília Campos considerou de importância e atual o debate sobre o tráfico de pessoas para a conscientização da sociedade. A parlamentar revelou que o assunto será pautado na Comissão Extraordinária de Mulheres da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Abordou ainda questões ligadas às reformas em andamento no Congresso Nacional, que “afetarão profundamente as mulheres, que terão sua situação agravada pela falta de opções dadas a elas”. Marília Campos destacou que é preciso promover a mobilização das mulheres para lutar contra a exclusão e em defesa de políticas públicas que estimulem uma maior participação política das mulheres.

A representante da Organização Não Governamental Jovens com um ideal (Jocum), Poliana Cipriano, chamou a atenção para “a necessidade de pensar em como ampliar espaços para o debate sobre o tema, de modo a que seja alcançado o maior número de mulheres, integrando-as às discussões”.

Representante da deputada Marília Campos, Daniela Tiffany, pontuou a complexidade do tema e as dificuldades para o seu enfrentamento e ressaltou que o tráfico de pessoas deve ser abordado pelas Comissões da ALMG para discutir o avanço das políticas de combate a este crime, com o desdobramento de temáticas para ampliar as discussões em torno do assunto.

Em sua explanação, a defensora pública Rachel Aparecida de Aguiar Passos, em atuação na DPDH e membro titular do Comitê, apresentou números da Organização das Nações Unidas (ONU) que mostram que cerca de 2,5 milhões de pessoas são traficadas no mundo, sendo 700 mil de países da América Latina. Cerca de 100 mil são mulheres e adolescentes. As estatísticas apontam que 42 milhões de mulheres são vítimas da prostituição, 75% com idade entre 13 a 25 anos. Segundo a defensora, o tráfico de pessoas para a exploração sexual usa de ameaças, intimidações e violência para movimentar um mercado de US\$ 32 bilhões, conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os dados revelam que o tráfico de pessoas é o terceiro maior, atrás apenas dos tráficos de drogas e de armas.

continua >>

AÇÕES EM DESTAQUE | Continuação

Tráfico de pessoas é debatido em roda de conversa realizada pela Defensoria Pública

A defensora pública Rachel Passos

Rachel Passos participou da elaboração dos eventos da Semana Coração Azul, inclusive de uma cartilha sobre o tema, que será difundida em todas as entidades componentes do Comitê e estará disponível também para os assistidos. De acordo com a defensora, o tema é muito importante, pois “as maiores vítimas são pessoas vulneráveis, que, em sua maioria, vivem em condições de extrema pobreza, sem acesso aos serviços básicos essenciais”. Ressaltou que “enquanto membro do Comitê, a Defensoria Pública de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais continuará trabalhando e combatendo o tráfico de pessoas”.



A assessora Institucional, Cibele Maffia; a secretária de Educação, Macaé Evaristo; e as defensoras públicas Rachel Passos e Hellen Caires Teixeira



Roda de conversa teve, como objetivo, de conscientizar a sociedade acerca da importância do enfrentamento ao tráfico de pessoas

AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação***Tráfico de pessoas é debatido em roda de conversa realizada pela Defensoria Pública**

Durante a Roda de Conversa foram apresentados o vídeo institucional do governo estadual, “Lésbicas que criam filhos”, que trata do orgulho LGBT, e “Escravas do tráfico sexual”, que descreve métodos usados pelos traficantes para aliciar mulheres.

A Organização Não Governamental Jovens Com uma Missão (Jocum), com abrangência internacional, apresentou o trabalho realizado no combate ao tráfico de pessoas, sua metodologia e a experiência com a questão.

Campanha Coração Azul em Belo Horizonte

A defensora pública Rachel Passos participou ainda, nos dias 1º e 3 de agosto, da “Jornada em Prol do Enfrentamento ao Tráfico de pessoas, seus fins de exploração e o fenômeno contemporâneo”, realizada nos auditórios da Unidade II do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e da Biblioteca Pública de Belo Horizonte, na Capital. No TJMG, a defensora pública ministrou palestra na qual divulgou números sobre o tráfico de pessoas e o trabalho em rede para combate a este crime.

Já na sexta-feira, dia 4 de agosto, Rachel Passos participou da “Campanha de Conscientização contra o Tráfico de Pessoas”, realizada no saguão do Aeroporto de Confins, oportunidade em que foi distribuído material de divulgação sobre o tráfico de pessoas.

**A defensora pública Rachel Passos em palestra no TJMG**

Na abertura da Campanha Coração Azul em Belo Horizonte, foi inaugurada a iluminação do Palácio da Liberdade em tom azul.

DPMG NA MÍDIA**DPMG em Patos de Minas é tema de reportagem na TV local**

A edição do dia 28 de julho do telejornal *NTV News* veiculou reportagem sobre a Defensoria Pública em Patos de Minas. Os defensores públicos Walner Dias (coordenador Local), Raquel Assunção Ivar do Sul e José Sanches Aranda Neto concederam entrevista, na qual prestaram informações sobre as áreas de atuação na comarca, e destacaram a importância da Instituição e a necessidade de a população carente buscar a efetivação dos seus direitos.

>> Assista aqui para ver a reportagem. A participação dos defensores públicos inicia aos 10min. do vídeo

**Atendimento da Defensoria Pública é tema do MGTV**

Os serviços oferecidos pela Defensoria Pública na Capital foram abordados em reportagem veiculada pelo MGTV sobre a orientação jurídica que a Ordem dos Advogados do Brasil em Minas Gerais (OAB/MG) prestou gratuitamente, nesta manhã, na região central de Belo Horizonte. O evento comemorou o Dia do Advogado, celebrado em 11 de agosto.

A reportagem contou com entrevista da coordenadora do Atendimento da Capital, Eden Mattar, que prestou informações sobre o atendimento da DPMG.

Clique aqui para ver.



Convites

Projeto SALA DE ESPERA

Oficinas de CIDADANIA

Dias 17, 22 e 29 de agosto 2017

LOCAL: Sede I da DPMG – Sala de Espera do Atendimento
Rua Guajajaras, 1.707, Barro Preto – BH - MG

PROGRAMAÇÃO

Dia 17 | 8h30 | 5ª-feira

A noção de dever, obrigação e ônus da parte na relação processual

Palestrante: Eliane Medeiros

Defensora pública em atuação na Vara de Família da Capital

Dia 22 | 8h30 | 3ª-feira

Como evitar problemas ao vender seu carro ou moto

Palestrante: Gabriel Freitas Maciel Garcia de Carvalho

Defensor público em atuação no Fórum Regional do Barreiro

Dia 29 | 8h30 | 3ª-feira

A noção de dever, obrigação e ônus da parte na relação processual

Palestrante: Eliane Medeiros

Defensora pública em atuação na Vara de Família da Capital

Realização: ESDEP / DPMG

Coordenação: Defensora pública Eliane Medeiros (cooperadora das Varas de Família e Sucessões da Capital)



BOLETIM DA DEFENSORIA-GERAL. Produção: Assessoria Institucional. Apoio: Assessoria de Comunicação. Diagramação: Comunicação Visual/Ascom



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Sede I: Rua Guajajaras, 1.707 – Barro Preto, BH, MG
www.defensoria.mg.def.br